

A PEQUENA PRODUÇÃO HORTÍCULA:

O CASO DE ÁGUAS MORNAS

Arlene M. Maykot Prates*

Walquíria Kruger Correa**

Introdução

Focalizar a pequena produção hortícola na área circunvizinha ao município de Florianópolis, tem sido objeto de estudo de um projeto mais amplo. Num primeiro momento, estudou-se o município de Antônio Carlos, cujos resultados parciais foram publicados na Revista Geosul nº 4 e 8. Dando seqüência a estes estudos, apresenta-se a seguir, parte dos resultados obtidos para o município de Águas Mornas, no ano de 1989.

Conforme observa Lago (1988, p.16), **"a hortifrutigranja é um modelo de propriedade ou simplesmente, parte da mesma, cada vez mais presentes nas relações homem/solos agrícolas das terras catarinenses"**. A expansão destas atividades é notável em todo o Estado porém, ao redor das maiores cidades, pode ser observado uma espécie de anel das atividades hortifrutigranjeiras e, é rotulado como cinturão verde.

*Professora do Departamento de Geociências da UFSC (aposentada).

**Professora do Departamento de Geociências da UFSC e Bolsista do CNPq.

Merecem destaque como áreas produtoras de hortifrutigranjeiros alguns municípios vizinhos de Florianópolis, como Antônio Carlos, Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio e Águas Mornas que, foi alvo deste estudo.

Descrição da Área

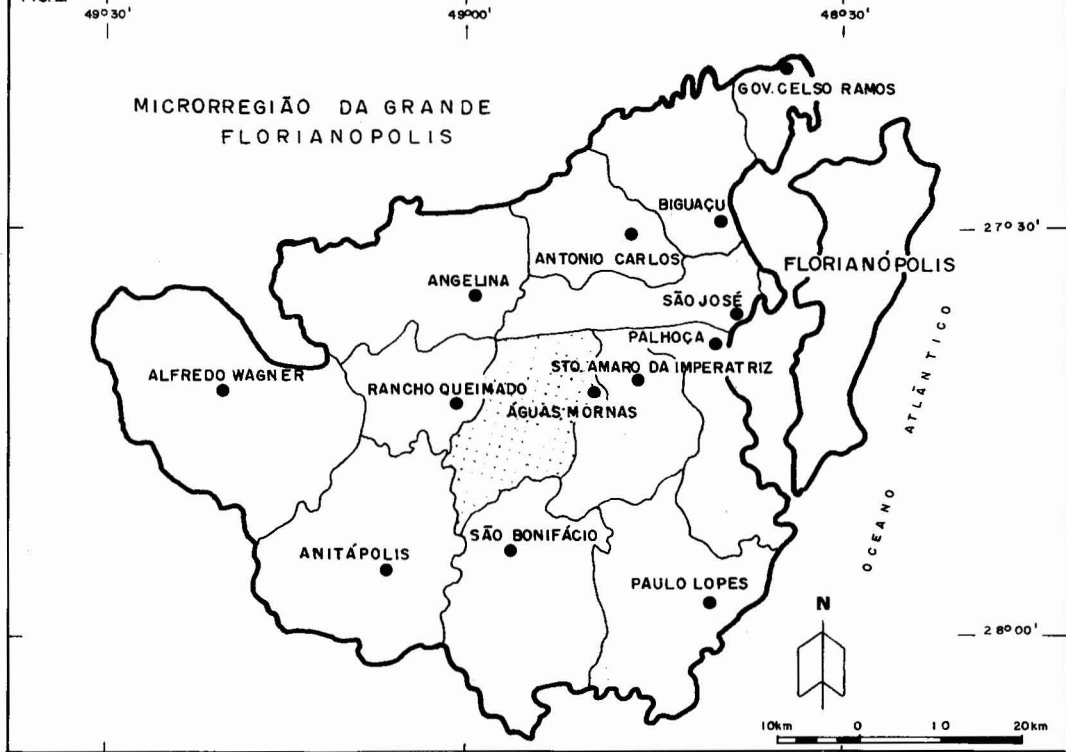
O município em questão, foi colonizado por imigrantes germânicos, originários da Renânia e Westfália na Alemanha. Estes fundaram as colônias de Santa Izabel (1847), Teresópolis - atualmente Queçaba (em 1860). O município de Águas Mornas foi criado em 1961. Com uma área de 324 km² dista cerca de 39 km da Capital do Estado Catarinense, integrando a Microrregião da Grande Florianópolis. Tem como limites São José ao Norte, Santo Amaro da Imperatriz a Leste e, Anitápolis e Rancho Queimado a Oeste (Figura 1).

O município apresenta um relevo complexo e variado, com superfícies planas, onduladas e montanhosas - serras de embasamento cristalino, formação escudo cristalino, cujo solo é de baixa fertilidade com alto índice de acidez, excessão feita à várzea.

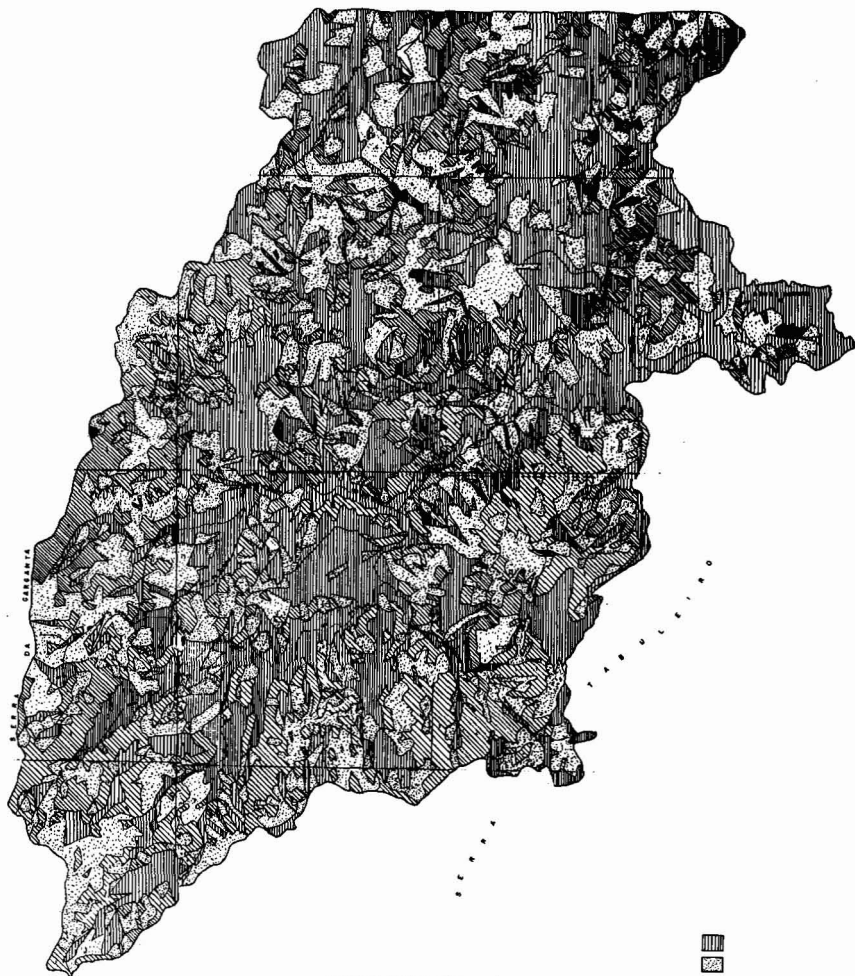
A carta de declividade (Figura 2), foi construída com a finalidade de se verificar a possibilidade de expansão da horticultura nas áreas de planície.

Observou-se que a várzea é reduzida, ou seja, as terras com declividade entre 5 a 15% correspondem a 27,39% o que equivale a 89 km². Esta área não apresenta restrições de uso agrícola. 34,85% das terras apresentam declividade entre 15 e 30% o que perfaz uma área de 114 km². Estas terras poderão ser utilizadas para agricultura com restrições, através de orientação fornecida por extensionistas rurais no emprego de técnicas de terraceamento e curva de nível. Esta área admite, sob orientação, culturas permanentes como por exemplo, fruticultura de cítricos que encontra bom mercado nos municípios vizinhos. Dessa forma, a orientação adequada, poderia trazer um auxílio suplementar a renda do agricultor.

FIG. 1



MUNICÍPIO DE AGUAS MORNAS
CARTA DE DECLIVIDADE



ORGANIZAÇÃO: WALQUIRIA KRÜGER CORRÊA
ARLENE MARIA M. PRATES



121 km² (37,75%) das terras do município possuem declividade superior a 30% e não apresentam condições para uso agrícola, devendo ser utilizadas com reflorestamento para proteção de nascentes e vertentes íngremes.

No que diz respeito aos aspectos climáticos, a temperatura varia entre 14,5°C e 23°C, perfazendo uma média de 18,3°C, com incidência de geadas ocasionais nos meses de maio, junho, julho e agosto. Assim, as práticas agrícolas tornam-se favorecidas nos meses de primavera e verão. A precipitação média anual é de 1.700 mm, com chuvas regularmente distribuídas o ano todo.

A vegetação é formada por matas nativas de diversas espécies, bosques, sub-bosques e capoeirões. Águas Mornas ainda dispõe de razoável cobertura vegetal (capoeirões) o que se justifica em função do relevo acidentado dificultando o desmatamento mais acentuado. Nas partes onde o desmatamento já aconteceu, torna-se necessário um trabalho de conservação do meio ambiente para que sejam mantidas as condições de vida da flora, fauna e hidrologia. Aproximadamente 1/7 das terras do município, estão situadas dentro do Parque da Serra do Tabuleiro. É uma área de preservação permanente com vegetação típica de mata atlântica e araucária.

Organização Fundiária

O município possui 699 estabelecimentos agropecuários dos quais 588 se dedicam a agricultura de um modo geral.

Antes da colonização européia o município era ocupado por uma única fazenda pertencente a Antônio Lehmkhul. Com o processo abolicionista, o imenso latifúndio, na impossibilidade de exploração por falta de mão-de-obra, é sucessivamente parcelado.

Paralelamente a essa fazenda, existiam terras devolutas ocupadas por florestas e habitadas por silvículas, os quais, foram mortos por ocasião do processo de colonização européia no século XIX. Em decorrência, se estabelece na área, ao lado do latifúndio já citado, um certo número de médias proprieda-

des demarcadas com 100 (cem) braças de frente para os caminhos abertos, deixando os fundos do terreno sem medida certa. Esse padrão inicial, apesar de posterior divisão das terras foi sendo mantido com abertura de linhas secundárias. Assim sendo, cada lote apresenta uma frente voltada para a estrada e, se estende no sentido longitudinal até a linha de cumeeada.

A sucessão hereditária e o processo de compra estabelecido posteriormente, leva o município a um sistema de médias e pequenas propriedades, onde a situação é agravada pelas dificuldades oferecidas pelo relevo o que torna grande parte das propriedades inaproveitáveis para a agricultura.

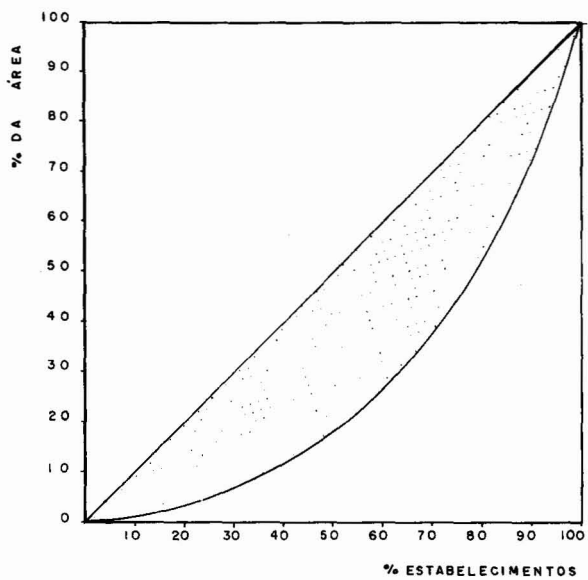
De acordo com a Tabela I, os estabelecimentos agropecuários do município de Águas Mornas foram classificados em cinco grupos de área: < 5 ha, muito pequenos; de 5 a < 20 ha, pequenos; de 20 a < 50 ha, médios; de 50 a < 200 ha, grandes e > que 200 ha, muito grandes. Comparando, verifica-se que as unidades de produção de Águas Mornas, são um pouco maiores que as de Antônio Carlos. Enquanto naquele município predominam as pequenas unidades <20 ha, nesse há um predomínio de médias propriedades, com 40,8% do número de estabelecimentos e 48,0% da área dos mesmos. As propriedades pequenas perfazem um total de 31,3% dos estabelecimentos. Assim, as classes de propriedades pequenas e médias abrangem 72,1% do total das propriedades. A área dos estabelecimentos, no entanto, deve ser analisada em função do relevo acidentado. Se, em Águas Mornas, o número de propriedades muito pequenas é de apenas 14,7% do total, as áreas aproveitáveis de cada propriedade são geralmente inferiores a 4 ha. Portanto, apesar das propriedades, em Águas Mornas, serem pouco maiores essa vantagem é anulada em função do relevo acidentado.

Pela análise da Curva de Lorenz (Figura 3), percebe-se uma pequena concentração de terras em Águas Mornas. O resultado da aplicação do Índice de Gini, resultou em 0,45 confirmando o que foi anteriormente colocado. Porém, em comparação a outras áreas do país, como por exemplo o nordeste brasileiro, verifica-se uma situação de equilíbrio, com uma distribuição relativamente equitativa de terras.

FIG. 3

ÁGUAS MORNAS — S. C.

CURVA DE LORENZ - 1980



ORG. : WALQUIRIA K. CORREA

FONTE : CENSO ABROP. 1980.

DES. CAL / MARDI

Tabela I - Estrutura Fundiária de Águas Mornas - SC, 1980

FAIXA (ha)	NÚMERO DE ESTABELECI- MENTOS	% DO NÚMERO DE ESTABELE- CIMENTOS	ÁREA TOTAL (ha)	% DA ÁREA	% ACUMULATIVA	
					ESTABELE- CIMENTO	ÁREA
< 5	103	14,7	288	1,5	14,7	1,5
5 a <20	219	31,3	2.338	12,2	46,0	13,7
20 a <50	285	40,8	9.158	48,0	86,0	61,7
50 a <200	90	19,9	6.806	35,7	99,7	97,4
> de 200	02	0,3	502	2,6	100,0	100,0
-	TOTAL	100,0	19.092	100,0	-	-

FONTE: Censo Agropecuário de 1980.

Com relação ao regime de exploração das terras, verifica-se que o proprietário explora diretamente sua terra em 82,1% dos casos (Tabela II). O número de arrendatários e parceiros é insignificante, o que corresponde a 0,41% para o primeiro e 2,46% para o segundo. Existe ainda um número relativamente grande de ocupantes (15,03%), isto é, não possuem suas terras regularizadas junto ao INCRA.

Tabela II - Regime de Exploração das Terras - Condição do Produtor

EXPLORAÇÃO	NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS		ÁREA (ha)	
	ABSOLUTO	RELATIVO	ABSOLUTO	RELATIVO
Proprietário	574	82,1	18.209	95,36
Arrendatário	3	0,41	13	0,06
Parceiro	17	2,46	171	0,90
Ocupante	105	15,03	702	3,68
TOTAL	699	100,0	19.095	100,0

FONTE: Censo Agropecuário de 1980.

Observando a Tabela II verifica-se que, em relação a área, as percentagens de exploração direta pelo proprietário, são ainda mais expressivas. 95,36% da área cultivada do município, é explorada diretamente pelo proprietário. Se somarmos a esta área 3,68% cultivados por ocupantes, obteremos uma cifra correspondente a 99,04%, o que equivale dizer que é praticamente inexistente no município em questão o número de arrendatários e parceiros.

Quanto a forma de aquisição de terras, observa-se pela Tabela III que, 57,6% das propriedades foram adquiridas através da compra. Apenas 22% das mesmas, foram adquiridas por herança. A estas categorias, soma-se um número expressivo de propriedades com situação não regulamentada.

Tabela III - Forma de Aquisição da Terra

FORMA DE AQUISIÇÃO	NÚMERO DE PROPRIEDADES	
	ABSOLUTO	RELATIVO (%)
Compra	34	57,6
Herança	13	22,0
Terras não Regulamentadas	12	20,4
TOTAL	59	100,0

FONTE: Pesquisa Direta por Amostragem - Outubro/1989

Uso da Terra, Crédito e Assistência Técnica

Os solos do município apresentam-se com textura variável de acordo com a origem dos sedimentos. Nas áreas de relevo acidentado, encontram-se solos podzólicos e cambissolos, ricos em alumínio e óxido de ferro porém, com baixa fertilidade natural. Estas terras requerem elevada quantidade de fertilizantes e moderada calagem para correção de seu estado nutricional. Aliado ao problema do relevo acidentado, as terras apresentam forte limitação de uso, necessitando tecnicamente de práticas pouco viáveis para sua conservação, com forte impedimento a mecanização agrícola. Dessa forma, a área poderá ser utilizada com culturas permanentes, pastagens e reflorestamen-

to.

Nas partes em que o relevo é plano ou com suave elevação, principalmente nas regiões próximas aos rios, ele é intensamente utilizado na produção de hortaliças. Mesmo assim, alguns produtos são cultivados em terrenos com inclinação superior a 30%, sem nenhum mecanismo de proteção das encostas. Isto ocorre em função da falta de terras planas e ausência de esclarecimento a população por parte da extensão rural.

Em Águas Mornas, as hortaliças são responsáveis pela maior parte da renda familiar. Dentre estas destaca-se o tomate e couve-flor, sendo esta, responsável pelo abastecimento de 69,52% da região da Grande Florianópolis. Por outro lado, a agricultura temporária é complementada com cultivos de menor expressão como cebola, abóbora, vagem, pimentão, repolho, etc...

O cultivo é feito através de métodos tradicionais com rotação de culturas. 28,58% dos entrevistados praticavam a queimada e 19,5% ainda se utilizam da rotação de terras com "pousio". Apenas 3,9% dos agricultores utilizavam técnicas mais modernas como o terraceamento e curvas de nível.

Mussumessi (1989), estudando a pequena produção e a modernização da agricultura, coloca a pequena produção horti-granjeira como um segmento "um tanto atípico" da pequena produção familiar. Esta, distingue-se dos demais grupos pelo volume de produção e capacidade em participar da determinação dos preços pagos e recebidos e, a possibilidade de ampliar o processo de acumulação.

Esta ampliação do processo de acumulação não foi observada na área estudada uma vez que as parcelas são exíguas e o problema, é agravado em função do relevo acidentado. Os pequenos agricultores encontram-se descapitalizados e não tem acesso ao crédito institucional, nem a uma infra-estrutura de apoio à comercialização direta, o que implica em perda de renda em benefício do atravessador.

Assim sendo, a área objeto de estudo, conforme Lopes (1981), se enquadra na categoria de "produção familiar mercantil" ou "neo campesinato" segundo Silva (1982).

Sá (1984, p.85), em seu estudo sobre Produção e Bens Alimentares e Hortícolas e o Mercado da Capital Federal coloca que:

"(...) a política brasileira tem estimulado mais os grandes produtores, por questões institucionais e estruturais, através de diversas medidas que permeiam todo o processo produtivo, principalmente na concessão do crédito agrícola. Conseqüentemente, com relação aos pequenos produtores, verifica-se que estes tem reduzido acesso a tais medidas, o que os coloca numa posição marginalizada na economia nacional. Não obstante, estudos comprovam que os pequenos produtores são responsáveis por significativa parcela do abastecimento dos mercados urbanos, desempenhando, por essa razão importante papel na agricultura brasileira".

No que diz respeito aos empréstimos bancários, cumpre salientar que na área em estudo, existe apenas uma agência bancária (Banco do Estado de Santa Catarina - BESC).

Apesar do baixo nível de escolaridade dos agricultores, 35,9% destes solicitaram e obtiveram financiamento, mesmo dentre aqueles agricultores analfabetos. Por outro lado 63,16%, nunca solicitou, considerando inclusive os que possuíam 2º grau completo ou incompleto. Dessa forma, deduz-se, não existir relação entre o grau de escolaridade e a solicitação de financiamento.

Na realidade, os fatores que influenciam a solicitação ou não dos empréstimos pode ser justificada pela situação de instabilidade da política agrícola principalmente no que diz respeito ao pequeno produtor. Este fato fica evidenciado na área em estudo quando verifica-se que 35,85% dos entrevistados responderam que não procuraram financiamento junto aos órgãos institucionais do sistema financeiro em função dos "juros altos" e do "receio de não poder saldar seus compromissos após a colheita" (13,21%).

A mudança de regras na economia num mesmo período de governo, tem gerado nos pequenos agricultores insegurança e, conseqüentemente receio em buscar financiamento para melhoria de seus projetos agrícolas. Nos últimos anos a agricultura, principalmente a pequena produção de subsistência, vem sendo vítima de indecisões, exitações, diagnósticos equivocados de au-

toridades alienadas a realidade do campo.

Como consequência dessa situação anárquica observou-se a ausência da extensão rural no município por problemas políticos. Segundo depoimento dos agricultores, rivalidades político partidárias, envolvendo prefeitura e ACARESC, "afastaram os extensionistas rurais que prestavam assistência no município", no período em que foi efetuado o trabalho de campo.

Como resultado desta situação, em Águas Mornas, o pequeno produtor tornou-se permanentemente foco de querelas e disputas político partidárias as quais geram obstáculos e transtornos no desenvolvimento da pequena produção.

Considerações Finais

No processo de produção de hortaliças do município de Águas Mornas, salienta-se que, a condição limitante para a expansão da cultura está relacionada com o relevo acidentado. Apenas 27,9% da área do município poderá ser utilizada com horticultura, sem nenhuma restrição.

Outro fator limitante relaciona-se com o tipo de solo. Com exceção das áreas de várzea, o solo do município em questão apresenta-se com elevado índice de acidez, ferro e alumínio, necessitando, portanto, de considerável quantidade de fertilizantes e corretivos.

O clima, aliado ao fator altitude, poderá limitar o uso do solo para práticas agrícolas, principalmente nos meses de inverno, quando a temperatura cai, podendo ocorrer geadas frequentes. Porém, este mesmo fator, poderá contribuir para favorecer a agricultura nos meses de primavera e verão.

Nestas condições trabalha o agricultor de Águas Mornas. Salienta-se a importância da horticultura, principalmente no que diz respeito a complementação do abastecimento da Grande Florianópolis nos meses mais quentes do ano. Neste sentido, recomenda-se a diversificação da produção hortícola, uma vez que as culturas desenvolvidas limitam-se a poucas espécies entre as quais destacam-se a couve-flor e o tomate como mais expressivas.

O município em questão, dispõe apenas de pequenas porções de áreas propícias a agricultura e, em função disso, as atividades econômicas deverão ser diversificadas. Neste aspecto, merece destaque a exploração do turismo através do aproveitamento de fontes de águas naturais existentes no município, turismo rural, etc.

Recomenda-se ainda, a silvicultura e o reflorestamento como forma de aproveitamento das partes mais íngremes do relevo e que já foram desmatadas. Por outro lado, as áreas com resquícios de vegetação nativa, deveriam ser preservadas em forma de "Parque", podendo ser integradas ao complexo turístico da região.

Bibliografia

- IBGE. (1980). Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Agropecuários. Santa Catarina. Rio de Janeiro. IX Recenseamento Geral do Brasil. Vol. 2, Tomo 3, nº 21, 1ª e 2ª parte.
- LOPES, Juarez Rubens Brandão. Do Latifúndio à Empresa: unidade e diversidade do capitalismo no campo. São Paulo: Vozes/CEBRAP, 1981.
- MUSSUMESSI, Leonarda. Pequena Produção e Modernização da Agricultura: O Caso dos Hortigranjeiros no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1987.
- SÁ, Maria Elizabeth de P.C. e Outros. "Região Geoeconômica de Brasília. A Produção de Bens Alimentares Básicos e Hortícolas e o Mercado da Capital Federal. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: ano 46, nº 1.
- SILVA, José Grazianno da. A Modernização Dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.